



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12432 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

JUVENTUDE CAMPONESA, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Marilene Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Carleandro de Jesus Souza - UFS - Universidade Federal de Sergipe

Agência e/ou Instituição Financiadora: PIBIC/COPES/UFS

JUVENTUDE CAMPONESA, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Introdução

Historicamente a juventude foi marcada pelo total esquecimento por parte do Estado brasileiro no que tange o acesso às políticas públicas, em especial a parcela dos jovens que vivem no campo. Essa ausência é intencional, e consequência da adoção de modelo econômico capitalista, que no campo se expressa pela atuação hegemônica da agricultura moderna/patronal - o agronegócio. Nas últimas décadas sua implantação tem causado diversos problemas como desemprego, pobreza, dificuldades no acesso à educação e profissionalização, concentração de terras, migração, danos ao meio ambiente etc. A ausência de empregos ou sua precariedade como condição de trabalho presente predominantemente no seio das famílias dos jovens camponeses, o aumento da criminalidade no campo por falta de perspectiva e meios que acomode estes jovens no mundo do trabalho (CERQUEIRA et. al. 2020) compreende a realidade de muitos sujeitos sociais camponeses jovens ou não em todo o país e em Sergipe. Essa realidade deve ser pensada, por parte do poder público, e que ações políticas sejam colocadas em prática para garantir o cumprimento do artigo 14 do Estatuto da Juventude, que estabelece: o direito à profissionalização, ao trabalho e a renda, com adequada remuneração e proteção social, assim como, adequadas condições de liberdade, equidade e segurança em seu exercício profissional (BRASIL, 2013). Uma vez que a juventude rural é marcada por processos de exclusão, é fundamental que políticas públicas governamentais de inclusão sejam promovidas com a perspectiva de assegurar os direitos prescritos na legislação brasileira. Inclusive, como descrito na Lei n. 12.852/2013, que garante ao jovem o direito à participação social política, assim como na formulação das políticas públicas para juventude

(BRASIL, 2013).

No contexto do campesinato, as relações sociais ocorrem de formas diferentes do meio urbano, desde sua interação com a família e a comunidade, a inserção no mundo do trabalho, o processo de escolarização dentre outros aspectos da vida cotidiana. Sem dúvida, para as populações camponesas existe uma relação direta entre o trabalho e a educação, pois é a partir dessa articulação, que tanto a juventude camponesa constitui sua identidade, seus valores e seu modo de vida, como se auto afirma como sujeito político e com seu papel histórico - produzir alimentos saudáveis e conservar a natureza.

O presente trabalho apresenta resultados do projeto: Juventude Camponesa, Educação e Trabalho, desenvolvido pelo grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais – GPMS vinculado a Universidade Federal de Sergipe/UFS, com apoio do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC. O projeto teve como principais objetivos: relacionar os reflexos das avaliações externas que medem o desempenho dos estudantes do ensino fundamental e médio da rede estadual no meio rural e o trabalho do jovem camponês; mapear o acesso dos jovens às escolas públicas no meio rural; analisar o desempenho das escolas participantes da pesquisa no IDEB; e identificar os níveis, modalidades e programas de educação existentes para os jovens que residem no campo.

Metodologia

O projeto Juventude Camponesa, Educação e Trabalho foi realizado no período de um ano (agosto2020/julho/2021). Estruturado para ser realizado de maneira presencial, no entanto, com as restrições impostas pela pandemia (distanciamento social, manutenção das atividades escolares de forma remota), foi necessário alterar as estratégias metodológicas previstas no plano de trabalho. Na pesquisa estava planejado a utilização dos seguintes instrumentos de coleta de dados: estudo bibliográfico, análise documental, entrevistas, reuniões e aplicação de questionários. Entretanto, ficou mantido conforme previsto no plano de atividade somente o estudo bibliográfico (sobre juventude, educação do campo, trabalho); documental com análise de dados de diferentes instituições a exemplo do: IBGE/ PNAD, INEP, IPEA, IDEB, SEDUC, MPA, MST, SEAGRI; pesquisa de campo: realização de entrevistas com servidores, gestores e lideranças de movimentos sociais; aplicação de questionários com jovens estudantes da educação básica.

A pesquisa de campo ocorreu através da realização de cinco (05) entrevistas sendo quatro presencial e uma de forma remota pela plataforma Google Meet. Foram entrevistadas duas lideranças dos movimentos sociais do campo (MPA), duas servidoras estaduais que atuam na execução de políticas públicas para o campo (PRONESE e EMDAGRO), e uma gestora de escola pública da rede estadual de Sergipe. Foi aplicado um questionário virtual aos alunos e professores do ensino médio de 12 escolas, entretanto tivemos de retorno de somente sete escolas.

Retornaram respondidos 47 questionários dos alunos e 15 professores distribuídos nos

seguintes territórios e municípios do Estado: Centro Sul Sergipano (Simão Dias e Lagarto); Baixo São Francisco (Pacatuba e Neópolis); Alto Sertão Sergipano (Gararu e Porto da Folha); Agreste Central Sergipano (Nossa Senhora Aparecida). As questões versavam sobre as expectativas dos jovens sobre: o trabalho, a educação escolar, a vida no campo, entre outros.

Resultados e Discussões

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, constatou-se que as atividades econômicas em Sergipe são bastante diversificadas em seus respectivos territórios, com predominância para os setores: industrial, agropecuário, serviços e extração mineral. No entanto, apesar dessa diversidade econômica, a absorção da população no mercado de trabalho ainda é insuficiente para atender as necessidades da sociedade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Contínua (IBGE, 2021), 20% da população sergipana estava desempregada no primeiro trimestre de 2021. Já no meio rural esse índice sobe para 35,12% segundo pesquisa de Costa e Vieira Filho (2021).

Neste tópico buscou-se identificar em que área no mundo do trabalho os jovens camponeses participantes da pesquisa atuam. Os resultados a seguir trazem de forma objetiva as principais atividades econômicas dos jovens do campo. No que concerne às atividades de trabalhos que mais gostam atualmente, 44,7% preferem a lavoura; 44,7% outras atividades, sendo que 10,6% preferem a criação de animais. As outras atividades estão relacionadas ao trabalho urbano. A partir desses resultados é possível evidenciar o vínculo dos jovens com o território camponês, fortalecendo a tese que temos defendido de que a saída dos jovens do campo para os centros urbanos não é caracterizada por uma questão de identidade com este, mas como única forma de emprego e renda diante das condições objetivas que estão colocadas. Um dado importante é que mesmo quando migram para os espaços urbanos, esses jovens não são reconhecidos pela sua realidade de vida e do espaço de onde vieram.

Assim sendo, vislumbrando-se numa imensa massa de jovens subjugados às extensivas horas de trabalho, bem como a empregos de pouca e baixa remuneração, ou ainda, sobrevivendo pela troca de favores. É necessário destacar que a agropecuária exerce um papel muito importante para as famílias camponesas, uma vez que geralmente é a principal fonte de renda familiar para sua subsistência. Segundo Rabelo, Oliveira e Feliciano (2014) a base do trabalho camponês está estruturada a partir da família, e que sua dinâmica e as formas de produzir e viver são moldadas às características e as potencialidades familiares. Os ensinamentos para a lida deste trabalho são transmitidos hierarquicamente e de geração em geração, isto é, os jovens desde cedo aprendem com seus pais, e desde pequenos identificam o campo como espaço de produção e reprodução das condições de vida.

Em outro tópico da pesquisa, onde se trata das políticas públicas para a juventude, constatou-se, a partir de relatos de duas servidoras públicas, a ausência de políticas voltadas para atender às demandas dos jovens camponeses. Para a servidora 01, a classe trabalhadora rural (os agricultores familiares, camponeses, os assentados e acampados da reforma agrária, povos e

comunidades tradicionais, povos originários etc) tem vivenciado pós impeachment de 2016 e ascensão do governo neofascista, a negação de direitos sociais historicamente conquistados pela luta popular. Já nos relatos da servidora 02 é possível constatar a execução de um projeto nas comunidades, entretanto, percebe-se a desmotivação dos jovens e a falta de expectativas em relação à oportunidade de trabalho e renda, prevalecendo assim a busca de emprego na zona urbana como solução.

No âmbito da educação e suas contribuições para transformar a realidade e gerar expectativas para o futuro dos jovens camponeses a pesquisa mostrou dados relevantes para a implementação de políticas públicas voltadas para a juventude. Dos estudantes participantes da pesquisa 93,6% são do ensino médio e gostam da escola. Essa parcela dos estudantes, já estão na fase de estudos para a Enem e preparação para vida acadêmica. É satisfatório ver que quase uma totalidade gosta da escola e estar nela, podendo ser ela não somente pelo estudo, mas também pela troca entre aluno e professor, mas também entre os próprios alunos, criando círculos de amizade entre si.

Os jovens veem a escola como um lugar de contribuição para o crescimento (95,7%), mesmo que alguns ensinamentos não condizem com o futuro que pretendem trilhar, a instituição tem um enorme papel para a sua formação e seu crescimento. 57,4% dos estudantes relatam que os conteúdos abordados em sala de aula não estão relacionados com o futuro que pretendem seguir, já que muito do conteúdo ensinado, não tem ligação com o modo de vida deles, pois lhe é ensinado conteúdos que não serão necessários para determinadas atividades, não levando em consideração a cultura que eles pertencem. Entretanto, consideram a escola como um lugar de troca de conhecimentos, nas quais diversas vivências ocorrem e bagagens são adquiridas ao longo da jornada. Para o jovem camponês a escola também tem seu papel, já que seus pais incentivam a ida a mesma, porém cabe a ele a decisão do que realmente lhe satisfaz e o que busca em sua vida.

Conclusões

A partir dos dados coletados foi possível constatar a existência de sérios problemas enfrentados pela juventude camponesa no estado de Sergipe. São problemas que atingem diferentes dimensões: sociais, econômicas, estruturais, culturais, entre outras, mas, a invisibilidade no mundo do trabalho e nas políticas públicas parecem ser o mais grave levando os jovens para o desemprego e o trabalho informal.

É possível identificar que ainda existe uma fragilidade no que se refere à forma que as políticas públicas chegam para a juventude camponesa, dificultando, sobretudo, sua relação com o trabalho, apesar de já estar pontuado no Estatuto da Juventude na seção III, capítulos 14, 15 e 16.. Coloca-se assim, como desafio institucional, a construção de espaços de participação política onde os jovens possam apontar subsídios para a construção de diretrizes

ajustadas às demandas deste público.

Em especial a classe trabalhadora, isto é, os agricultores familiares, os assentados e acampados da reforma agrária, bem como as mulheres rurais, a juventude, a comunidade quilombola, os povos indígenas e demais comunidades, que passam constantemente por situação de negação de direitos ou dificuldade de acesso ao mesmo. Logo, a saída desses para os espaços urbanos, não se caracteriza como uma questão de identidade, mas como formas de alternativas de emprego e renda.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Panorama do estado de Sergipe. Cidades/IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/panorama>>. Acesso em: 08 jun.2021.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, 2019. Estatísticas Sociais: principais resultados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=26895&t=destaques>. Acesso em: 20 jun.2021.

BRASIL. Lei nº 12852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, BRASÍLIA: Planalto, 2013.

COSTA, E. M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Desemprego Severo no Meio Rural Brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 14, n. 1, p. 1-25, 20 fev. 2021.

CERQUEIRA, Daniel et. al. Atlas da violência no campo no Brasil: condicionantes socioeconômicos e territoriais. Brasília: IPEA, 2020.

Rabello, D., Oliveira, L. B. de, & Feliciano, C. A. (2014). PERMANECER OU SAIR DO CAMPO? UM DILEMA DA JUVENTUDE CAMPONESA. *PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho*, 15(1). <https://doi.org/10.33026/peg.v15i1.3032>